

Rio de Janeiro, abril de 2020.

Nota técnica CESTE/ENSP/Fiocruz

Agentes de combate as endemias, uma população em risco frente à COVID-19

A pandemia por COVID-19 vem afetando toda população, especialmente os segmentos de trabalhadores de atividades consideradas pelas autoridades como essenciais, os quais se encontram em séria situação de vulnerabilidade. Os Agentes de Combates a Endemias ACE, popularmente conhecidos como “mata-mosquitos”, participantes das campanhas ao “enfrentamento” do mosquito da dengue, constituem uma categoria de trabalhadores altamente exposta, em razão do processo de trabalho onde estão inseridos. Assim, são trabalhadores que ao longo das últimas décadas, sofrem exposição continuada a diversos tipos de agrotóxicos, inclusive por aqueles já banidos em outros países ou restritos por acordos internacionais multilaterais. Também, são alvo de agravos permanentes ou esporádicos pela exposição aos venenos, associados a ausência de acompanhamento médico das condições de saúde, tornando-os potencial população em risco frente à COVID-19 e à transmissão do SARS-Cov-2 (BRASIL, 1997; GUEDES, 2016).

Atualmente, essa exposição crônica aos diversos agrotóxicos utilizados vem ocasionando diversos problemas de saúde e morte dos guardas e agentes de combate às endemias (SAÚDE & TRABALHO MATA MOSQUITOS, 2018; SINTSAÚDERJ, 2019). Os sinais e sintomas relacionados às intoxicações por agrotóxicos são dores de cabeça, fraqueza, mal-estar, dor de estômago, sonolência, perda de peso, fraqueza muscular, depressão, irritabilidade, insônia, anemia, dermatites, alterações hormonais, problemas imunológicos, efeitos na reprodução (infertilidade, malformações congênitas, abortos), doenças hepáticas, respiratórias, neurológicas (INCA, 2010; LONDRES, 2011), compatíveis com outras doenças, inclusive a COVID-19.

Precarização das condições de trabalho

Os trabalhadores são alocados em Pontos de Apoio (PA), onde, em sua grande maioria, não são locais adequados para garantia de segurança das suas atividades cotidianas que comportam contaminação química, quiçá para medidas de proteção para transmissão do SARS-Cov-2. Segundo relatos dos trabalhadores (SOARES, LARENTIS & MEIRELLES, 2018), muitos locais são pequenos, com banheiros desativados. Porões e saletas são, muitas vezes, utilizados como estoque para equipamentos e agrotóxicos. Porém nestes espaços pequenos, insalubres e mau higienizados, a ventilação é precária, levando a inalação de gases tóxicos provenientes dos agrotóxicos que ficam armazenados. Em relação aos EPI's, sabe-se que raramente são fornecidos aos trabalhadores, e quando são adquiridos, constata-se que estes EPI's são de má qualidade e inadequados para as atividades realizadas pelos guardas, por não oferecerem a devida proteção. Para agravar, tais equipamentos envelhecem e se desgastam sem que haja substituição dos mesmos em tempo hábil.

Estas condições de trabalho tornam-se um desafio para que possam ser seguidas as recomendações dos órgãos de saúde para o controle e bloqueio das cadeias de transmissão do SARS-CoV-2, conforme indicados em “Diretrizes para a Preparação dos Locais de Trabalho para o COVID-19” (OSHA, 2020), “COVID-19: desafio e a responsabilidade com a proteção à saúde dos trabalhadores.” (MOURA-CORREA, 2020).

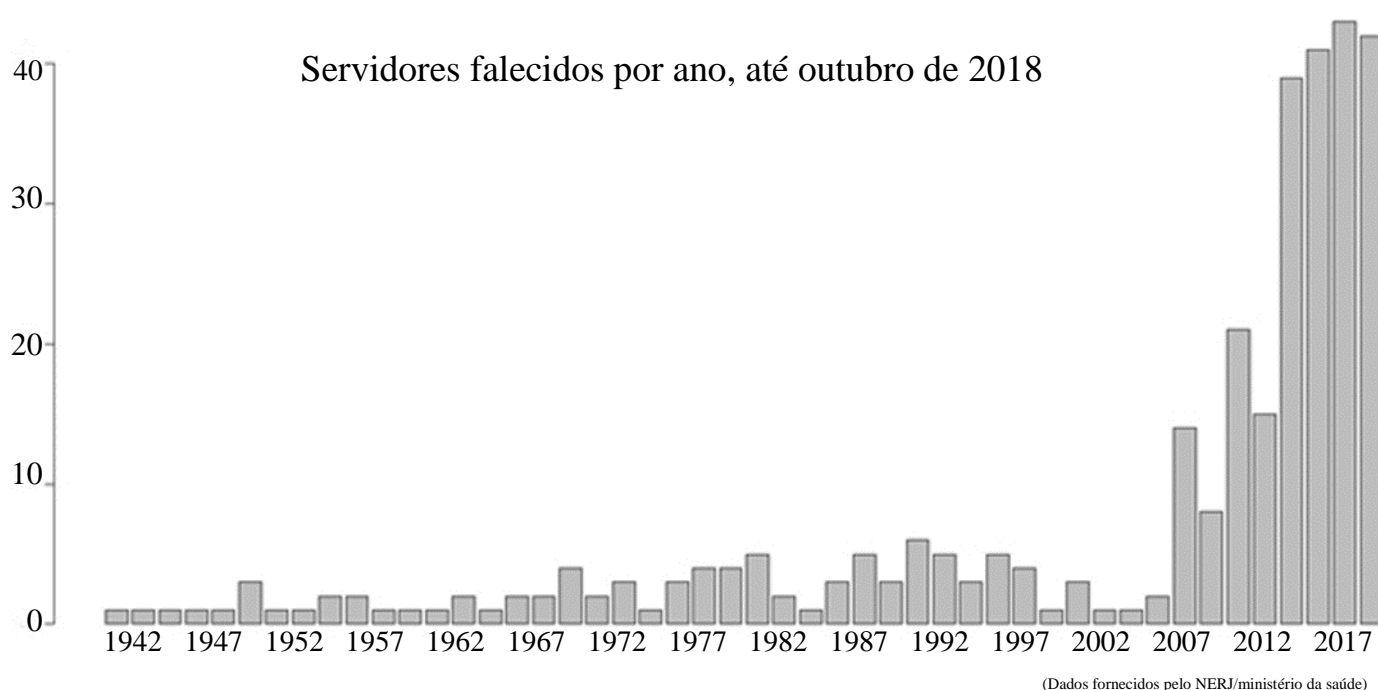
Considerações finais

Com mais de 25 anos de atuação, principalmente na promoção da saúde, os ACE, além da precariedade dos direitos trabalhistas vivida até o ano de 2006, têm enfrentado péssimas condições de trabalhos, exposição a altas doses de produtos químicos nocivos à saúde, a falta de treinamento, a não utilização de EPI's adequados, falta de exames toxicológicos apropriados, exames periódicos para avaliação de saúde e o descaso de seus superiores levou ao adoecimento e mortes de muitos destes trabalhadores (SINDSPREV, 2019).

Em estudo realizado por Azevedo e colaboradores (2018), foi observada uma prevalência bruta de tremor essencial nesta população de 2,6 até 3,6 vezes maior do que quando comparada a duas populações não expostas ocupacionalmente a agrotóxicos, com idades de 65 e 46 anos, respectivamente.

Mais recentemente, o projeto “Estudo do impacto à saúde de Agentes de Combate às Endemias/Guardas de Endemias pela exposição a agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro” avaliou declarações de óbitos fornecidos pelos familiares dos agentes de combate às endemias/guardas de endemias falecidos (SAÚDE & TRABALHO MATA MOSQUITOS, 2019) e, a partir dessas avaliações, foi constatado que a maioria dos trabalhadores faleceram (75%) em idade produtiva (40-59 anos), com média de 54 anos (DP: 10 anos). As principais causas de morte foram doenças circulatórias (39%) e câncer (15%). Além disso, vários tipos de doenças causaram 5.024 absenteísmos no trabalho no mesmo período. Os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde demonstram numa série histórica de 76 anos, um aumento da mortalidade desta categoria no Estado do RJ, quando eram em menos de 10 óbitos por ano até 2010, e é observado um aumento progressivo e significativo, cerca de 400%, nesta última década (Figura 1).

Figura 1 Servidores (Agentes de Saúde Pública, Guardas de Endemias ou Agentes de Combate as Endemias) falecidos de 1942 até outubro de 2018 para o estado do Rio de Janeiro



Portanto, pode-se observar que, ao comparar a expectativa de vida dos brasileiros, fornecida por dados do governo, a morte em idade produtiva dos agentes de combate às endemias evidencia sua precocidade com uma redução de expectativa de vida esperada dos trabalhadores. Assim, como as alterações de saúde observadas nesta população caracterizam-na como população em risco para a COVID-19: “*peçoas de qualquer idade*

com sérias condições médicas subjacentes e presença de condições médicas crônicas” (OSHA, 2020). Também pelas condições de insalubridade/precarização dos locais de trabalho destes servidores, inapropriados para manter o trabalho presencial em segurança frente ao atual quadro de pandemia por que passa o Estado do Rio de Janeiro.

Desta forma, considerando a impossibilidade de assegurar EPI's adequados que impeçam a transmissão do SARS-Cov-2, bem como o próprio EPI já existente, que não é suficiente para protegê-los visitas, devido à exposição causada pelo próprio processo de trabalho existente (conforme explicitado nesta nota técnica), podemos afirmar que tal exposição pode levar a quadros graves de COVID-19.: Desta forma, o CESTE/ENSP/Fiocruz desaconselha a realização de visitas domiciliares destes trabalhadores e recomenda o distanciamento social como única medida eficaz e protetiva a saúde dos trabalhadores e população assistida, durante o período em que perdurar a calamidade pública em decorrência do corona vírus (SARS-Cov-2) e a doença ocasionada por ele (COVID-19). Estratégias de orientação da população e comunicação à distância devem ser ampliadas para que se reduza a infestação de mosquitos e das doenças por eles transmitidas.

Referências

AZEVEDO MFA, ROSA ACS, ALVES SR, LARENTIS AL, MOREIRA MFR, TEIXEIRA LR, SARCINELLI PN, MATTOS RCOC, MEYER A. Prevalência do tremor essencial em população exposta ocupacionalmente a agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Neurologia (RBN) 54:10-15, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde. Brasília, 1997.

GUEDES, Clenio Azevedo. Trabalho prescrito e trabalho real nas ações de controle vetorial do *Aedes aegypti*: nocividade frente ao uso de produtos químicos formulados à base de ingredientes ativos de agrotóxicos. (Dissertação de Mestrado) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA). Coordenação de Prevenção e Vigilância. Vigilância do câncer relacionado ao trabalho e ao ambiente/ Instituto Nacional de Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância. 2e. rev. atual. – Rio de Janeiro: INCA, 2010.

LONDRES, F. Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MOURA_CORREA, MJ. COVID-19: desafio e a responsabilidade com a proteção à saúde dos trabalhadores, 2020.

OCCUPATIONAL SAFETY AND HEALTH ADMINISTRATION (OSHA). Diretrizes para a Preparação dos Locais de Trabalho para o COVID-19. Departamento de Trabalho dos EUA, Administração de Saúde e Segurança Ocupacional. – EUA, 2020.

SAÚDE & TRABALHO MATA MOSQUITOS. Estudo do Impacto à Saúde de Agentes de Combate às Endemias - RJ. Ano I - 01 - Agosto/2018. Disponível em: http://www.cesteh.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/boletim_no_1_-_guardas_de_endemias.pdf

SAÚDE & TRABALHO MATA MOSQUITOS. Estudo do Impacto à Saúde de Agentes de Combate às Endemias - RJ. Ano II - 02 - Maio/2019. Disponível em: http://www.cesteh.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/boletim_no_2_0.pdf

SINDSPREV. Condições precárias de trabalho, riscos ocupacionais, alterações na saúde dos guardas e agentes de combate às endemias no Estado do Rio de Janeiro. Departamento de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, 2015.

SINTSAÚDERJ. Protesto contra contaminação e mortes de Agentes de Combate às Endemias. 08 jul 19. Disponível em: <http://www.sintsauderj.org.br/noticia/sintsauderj-protesto-contra-contaminacao-e-mortes-de-agentes-de-combate-as-endemias>.

SOARES AM, LARENTIS AL, MEIRELLES LC. Mortes de agentes de combate às endemias e necessidade de banimento de produtos cancerígenos no trabalho: denúncias marcam oficina no Cesteh. WebCesteh, 22 dez. 2018. Disponível em: <http://www.cesteh.ensp.fiocruz.br/noticias/mortes-de-agentes-de-combate-endemias-e-necessidade-de-banimento-de-produtos-cancerigenos>.